

Ofendidos

Lucía

Lijtmaer

Sobre a ideia de que
já não se pode dizer nada

Teoricamente,
é uma coleção
que pensa e intervém.
Objetivamente,
também.

Índice

<i>Prólogo</i>	11
<i>Introdução</i>	15
1. Quando as neopuritanas são as outras	19
2. Não sejas maricas, digo, ofendidinho	45
3. O «politicamente incorreto»: <i>The Future is Nazi</i>	61
4. A Europa não é diferente	71
<i>Epílogo: O lamento do Feroz Analista</i>	83

They set off from Plymouth and landed in Plymouth!
How lucky is that?

EDDIE IZZARD

Prólogo

A opinião pública sofreu uma reviravolta. No início, era quase impercetível, mas, nos últimos anos, deu-se uma viragem completa. Os meios de comunicação estão repletos de novas polémicas, com um léxico praticamente desconhecido há apenas uma década. Numa discussão sobre uma obra literária com uma personagem misógina, declara-se a impossibilidade do debate, a propagação da censura e da ofensa. Quando se pede que uma exposição seja contextualizada no respetivo tempo e espaço, acusa-se o público de incendiário e puritano. Quem são, afinal, os ofendidinhos, as puritanas e os neocensores de que agora se fala sem cessar na imprensa de opinião? Ou, melhor dizendo, quem fala? E porquê agora?

Este pequeno ensaio pretende analisar e responder a estas questões. Nos últimos anos, deflagraram nos meios de comunicação vários casos que colocaram

em cima da mesa, de uma forma simbólica, a questão da responsabilidade no exercício da opinião e os limites da liberdade de expressão. A maioria desses casos foi utilizada por vozes amplamente reconhecidas do jornalismo de opinião espanhol para denunciar uma suposta censura, não evidente, mas dissimulada, e, segundo eles, muito mais perigosa do que a censura legislativa: uma autocensura moralista, da responsabilidade de diversas minorias e dos movimentos feministas.

A par deste debate, surgiram novos vocábulos para designar os responsáveis por esta acesa discussão. Este texto explora em pormenor, por um lado, a rastreabilidade desse léxico e, por outro, o seu uso intencional para ocultar o que, na realidade, acontece e é posto de lado: a liberdade de expressão é constantemente ameaçada, não por minorias, feministas puritanas ou ofendidos moralistas, mas por um poder político e legislativo que os mesmos analistas que bradam aos céus na imprensa se recusam a encarar.

A tese deste texto é, em suma, a de que apontar o dedo ao moralista «ofendidinho» na verdade mais não faz do que ocultar, de um modo deliberado, a criminalização do seu direito, do nosso direito como sociedade, ao protesto.

Nota à décima primeira edição

Desde a primeira publicação deste pequeno livro, decorreram anos velozes. No debate público, assistimos ao surgimento de mais vocábulos. *Cancelamento*. *Geração woke*. *Femcel*. Todos eles têm uma origem comum e a mesma rastreabilidade que este pequeno ensaio propõe.

Nos últimos tempos, temos sido testemunhas da ascensão de magnatas e políticos — Elon Musk, Donald Trump, Javier Milei — que desprezam o sistema democrático e manuseiam alegremente a censura e a manipulação mediática conforme as suas conveniências. Pouco antes da impressão desta reedição, em quarenta e dois estados dos Estados Unidos, ao abrigo da lei da obscenidade, foram retirados livros das bibliotecas públicas, incluindo obras como *Anna Karénina* ou o dicionário Webster. A Argentina, transformada num laboratório ultraconservador por Milei, proíbe nas escolas obras literárias contemporâneas premiadas a nível internacional, classificando-as como pedófilas e pornográficas.

É impossível acompanhar o ritmo da atualidade, e este livro não pretende fazê-lo. Visa, porém, responder a uma pergunta: como chegámos até aqui?

Por isso, *Ofendidinhos* continuará a ser relevante enquanto nos questionarmos e tentarmos seguir o rasto das possíveis respostas.

Introdução

Este texto ia começar de outra forma, mas tem de começar assim: há poucos meses, quando comecei a investigar o que entendemos por puritanismo, fui protagonista de um pequeno episódio, uma ninharia, uma parvoíce nas redes sociais. Nas minhas redes. E nem sequer aconteceu de um modo intencional. Estava a sair do ginásio e a comentar com um amigo, com a leveza e a superficialidade que as endorfinas nos tinham proporcionado depois de corrermos e suarmos, o quão atraente era o instrutor.

Era uma conversa por WhatsApp, algo banal e disparatado. Enquanto falávamos do nosso jovem e lindo instrutor, o meu amigo procurou o perfil dele no Instagram. Mais redes. Nas fotos, o instrutor dava-nos a informação expectável de um jovem de vinte e poucos anos cuja vida profissional gira em torno do desporto: muitas imagens de jogos, treinos e algumas *selfies* com os amigos.

O meu amigo começou a especular sobre as preferências sexuais do nosso instrutor: nas suas redes quase não havia fotos com mulheres. Para ele, isso podia ser um sinal de incitação. Eu argumentei, em tom de brincadeira, que nada queria dizer: afinal, há muitos heterossexuais que não gostam realmente de mulheres, disse, entre risos. Não têm amigas, não mencionam mulheres entre as suas referências culturais, não há sinal de mulheres no seu dia a dia. Foi essa a minha piada, porque era isso que me parecia que o nosso instrutor estava a mostrar naquele diário fotográfico que é o Instagram: que era um jovem hétero com um universo exclusivamente masculino. O meu amigo acabou por me dar razão, rimos por *chat* e a conversa ficou por ali. Até que ele decidiu partilhar no seu mural do Facebook a minha superficial, embora — acho eu — divertida, reflexão, identificando-me como autora.

O que aconteceu a seguir poderá surpreender — ou não — o leitor. Passados cinco minutos, começaram a surgir comentários mais ou menos engraçados sobre o mundo interior da heterossexualidade masculina em geral. O meu comentário, de natureza privada, proferido de um modo frívolo no final do exercício físico diário, transformou-se na típica tertúlia momentânea de um grupo de amigos

numa rede social. O Facebook, porém, é sempre um mural — é assim que se chama e é assim que o concebemos — e, num mural, cada um pendura e reflete (?) sobre o que bem entende. É também um inimigo da ironia e pode ser um espelho da demonstração egocêntrica de inteligência: «Olha, mãe, sem mãos.» Após dez minutos de comentários e graçolas, alguém — uma mulher —, uma escritora de prestígio, sentiu-se impelida a intervir com uma crítica: por que razão me metia eu com os heterossexuais? Não seriam também misóginos os homossexuais? Por uma questão de recato, claro, não respondi, tal como a nenhum dos outros comentários jocosos. Mas outra pessoa, alguém que conhecia pessoalmente, acrescentou: será que eu não percebia o quão injusto era o meu argumento contra os homens heterossexuais? O meu primeiro instinto foi deixar passar, mas elas insistiram. A pergunta era direta: será que eu não percebia que nem todos os homens, *not all men*...?

Sem grande vontade, senti-me obrigada a defender-me: era uma piada privada que se tornara pública, mas sim, considerava que, por vezes, a piada continha um fundo de verdade. As duas mulheres mantiveram-se firmes na sua posição, até que uma delas escreveu: «Estou farta deste feminismo cheio

de misantropia e que esconde uma censura dissimulada.»

Ora aí estava, diante dos meus olhos, sem que o pudesse evitar. Sem que as explicações ou o sentido de humor servissem para alguma coisa. Tinham acabado de me batizar: eu era uma puritana.

1.

Quando as neopuritanas são as outras

Nos últimos tempos, em menos de uma década, assistimos a uma enorme mudança de rumo, a uma transformação que parecia impossível na conversa pública de massas.¹ Não se sabe muito bem quando, nem como, surgiu a mudança no discurso, mas instalou-se de repente. Começou a usar-se o conceito de *puritanismo*, associado ao que se designa por *politicamente correto* e, nos tempos mais recentes, à ideia de *ofensa*, ora para debater, ora para mostrar oposição a expressões de movimentos sociais considerados minoritários ou identitários.

De repente, após uma denúncia pública, uma queixa de carácter social ou uma simples piada — como me aconteceu —, uma pessoa passava a ser puritana. Adjetivo ao qual facilmente se podia associar outro: o de censora.

¹ Santiago Gerchunoff, *Ironía On. Una defensa de la conversación pública de masas*, Barcelona, Anagrama, 2019.

Que características estão associadas a esta acusação de puritanismo? De um modo geral, as seguintes: nos tempos que correm, um puritano ou uma puritana é uma pessoa que observa determinado tipo de moral ou visão em relação às normas sociais e que a impõe como única. É esse o cerne da definição. Para o puritano ou a puritana, tudo o que não faz parte dessa regra moral ou social deve ser excluído do debate público por ser pouco pertinente, ou até diretamente censurável ou punível por lei. Em suma, é esta a escalada da censura implícita no puritanismo contemporâneo:

1. Pouco acertado.
2. Censurável e, portanto, inadequado para o debate público.
3. Punível por lei.

A gradação varia consoante o caso, mas em geral as opiniões do puritano, pela definição que se enraizou no jornalismo de opinião contemporâneo, tendem a atacar o que se situa entre o primeiro e o segundo escalão. A terceira categoria é própria de casos muito polémicos e não costuma ser atribuída à «moral puritana», mas à «horda» ou à «turba», uma

massa indefinida e indefinível cujo único objetivo é o «linchamento» nas redes sociais.²

Por exemplo: a censura aos cartazes de uma exposição de Egon Schiele no Reino Unido e na Alemanha foi interpretada como um caso de puritanismo, mas não o é a constante retirada de livros das bibliotecas públicas dos Estados Unidos, que inclui obras de Stephen King, Ernest Hemingway ou o dicionário elementar Merriam-Webster, para a qual se invoca a lei da obscenidade. O primeiro caso está relacionado, segundo quem assim o define, com uma questão moral, enquanto o segundo resulta de uma má interpretação da lei por parte de uma horda de enfurecidos — entre eles, um sindicato de extrema-direita das forças de segurança. Ainda assim, as acusações de puritanismo costumam surgir

² Não posso deixar de abrir um pequeno parêntesis sobre o uso metafórico do conceito de *linchamento*, historicamente definido como «a execução de um suspeito ou réu sem um processo legal prévio, por parte de uma multidão, em geral precedida de uma detenção por iniciativa popular. Normalmente, é um ato não abrangido pela lei e punível para proteger a ordem pública, dado que o Estado deve defender o monopólio da força (*ius puniendi*). Costuma ocorrer de forma espontânea por razões sociológicas específicas, em geral devido à comoção social provocada por um delito concreto. No entanto, também pode acontecer por motivos racistas, religiosos ou políticos». Atualmente, o termo *linchamento* passou a designar o opróbrio e a condenação nas redes sociais, algo desagradável e infeliz — cuja legitimidade é discutível, consoante o caso —, mas que em nada se compara a perder a vida às mãos de uma multidão.

num contexto muito específico: os debates sobre alegadas condutas inadequadas, em geral de cariz sexual, no mundo da cultura. Entre as últimas polémicas culturais rotuladas como puritanas, destacam-se as seguintes: a releitura de *Lolita*, de Nabokov, por certas académicas feministas, a controvérsia em torno de uma exposição do pintor franco-polaco Balthus ou o já referido caso de Egon Schiele.

Curiosamente, todas estas polémicas foram classificadas como puritanas mais ou menos na mesma altura, no início de 2018.

Esta coincidência temporal não é acidental. O termo não surgiu agora por obra do acaso e não chegou sozinho. Para a opinião pública, o ápice das acusações de puritanismo encontra-se na carta aberta publicada no jornal *Le Monde*, a 9 de janeiro de 2018, assinada por artistas e intelectuais franceses do calibre de Catherine Deneuve e Catherine Millet. O texto, do qual extraímos um trecho, começava assim:

A violação é um crime. Mas o engate insistente ou desajeitado não é um delito, nem o galanteio uma agressão machista. Na sequência do caso Weinstein, ocorreu uma legítima tomada de consciência sobre

as violências sexuais exercidas contra as mulheres, nomeadamente no meio profissional, onde alguns homens abusam do seu poder. Era necessária. Mas esta libertação da palavra está hoje a transformar-se no seu oposto: ordenam-nos que falemos da forma correta, que calemos o que incomoda, e as que se recusam a submeter-se a tais injunções são vistas como traidoras, cúmplices!

Ora, é próprio do puritanismo apropriar-se, em nome de um suposto bem geral, dos argumentos da proteção das mulheres e da sua emancipação para melhor as acorrentar a um estatuto de vítimas eternas, de umas coitadinhas sob o jugo de falocratas demoníacos, como nos bons velhos tempos da caça às bruxas.

Ah, a bruxaria. Quando mencionavam o puritanismo, as signatárias não se referiam (ou não apenas), como poderíamos especular, à doutrina protestante que fugiu da Europa e se instalou em Massachusetts por razões de índole religiosa, mas à sua conceção mais diluída e menos primitiva. *Puritana*, neste caso, quer dizer de vistas curtas, moralista e fechada. E do outro lado do ringue, como é evidente, estão as francesas.

(Nota mental: no imaginário coletivo espanhol, talvez um tanto ou quanto herdado da Transição

e das viagens a Perpignan para bater punhetas no cinema, não há nada mais distante de uma puritana do que uma atriz francesa.)

O que é um puritano? Ou, melhor, em que se transformou o conceito de *puritano*? É necessário retroceder aos primórdios do termo para entender por que razão a palavra mudou de significado e agora se extrai dela um sentido que antes não possuía.

Antes de prosseguir, quero deixar claro que não ignoro que a linguagem é um fenómeno social e que, por isso, muda, mas é necessário analisar desde quando muda e porquê. Antes de entrar em pormenores sobre o que é uma puritana, ou uma neopuritana, podemos retroceder, na mesma linha, à popularização do conceito de *feminazi* pelo conservador Rush Limbaugh, comentador de rádio norte-americano, e à sua importação por parte de escritores como Arturo Pérez-Reverte por volta de 2012. Enquanto este texto é escrito, Pablo Casado, líder do PP, começou a referir-se aos grandes perigos da «ideologia de género», um sintagma de criação recente que parece ter algo em comum com os novos movimentos de ultradireita e ultracatólicos europeus e latino-americanos.

Mas vamos ao que interessa: historicamente, o termo *puritanismo* define de um modo pejorativo

uma vertente protestante e calvinista que pretendia «purificar» a Igreja Anglicana das práticas católicas. Os puritanos, mais protestantes do que os próprios protestantes, estavam em profundo desacordo com a reforma da Igreja Anglicana durante o século XVII e, depois de terem exercido uma pressão significativa durante os reinados de Isabel I e Jaime I, foram marginalizados após a Restauração inglesa, em 1660.

Desde então, o puritanismo como movimento social, religioso e político fragmentou-se e radicalizou-se e, relegado às ilhas britânicas, conquistou maior relevância nas novas colônias de Massachusetts e Nova Inglaterra, para onde migraram cerca de vinte e um mil fiéis, na sua maioria famílias. A importância que o puritanismo alcançou no mundo anglo-saxónico a partir desse momento — a sua concepção de moral, a relação entre o público e o privado e a ideia do mal na comunidade — veio a definir os seus princípios e mitologias até aos dias de hoje.

Os assentamentos puritanos — maioritariamente calvinistas e presbiterianos — do que mais tarde se tornariam os Estados Unidos regiam-se pelos seguintes princípios: uma grande consciência cívica, deferência em relação aos líderes e às instituições, pertença à Igreja e respeito e reconhecimento pela

autoridade familiar, exercida quase em exclusivo pelos homens.

Um dos equívocos mais comuns em relação ao puritanismo é supor-se que rejeita de forma contundente a sexualidade. Trata-se, porém, de um estereótipo falso. A rigidez moral é a usual quando comparada com outras comunidades religiosas europeias do seu tempo: o sexo pré-matrimonial ou fora do casamento é punido — o que penaliza muito mais as mulheres do que os homens — e, por conseguinte, os filhos ilegítimos põem em perigo a estabilidade da comunidade. Do mesmo modo, as mulheres devem observar um certo «recato» para não atraírem o desejo fora da relação conjugal, como foi esplendidamente descrito por Nathaniel Hawthorne quase dois séculos mais tarde. Mesmo assim, e ao contrário do catolicismo do século XVII — e também do atual, segundo a doutrina —, no puritanismo considera-se que o sexo no seio do casamento é um ato de prazer que deve ser incentivado. Tal como se explica em *Sex in Middlesex: Popular Mores in a Massachusetts County, 1649-1699*,³ o clérigo William Gouge referia-se ao sexo matrimonial como «um dos melhores e mais essenciais atos do casamento»,

³ Roger Thompson, *Sex in Middlesex: Popular Mores in a Massachusetts County, 1649-1699*, Amherst, University of Massachusetts Press, 1986.

e incentivava os casais a desfrutá-lo «com bom ânimo, consensualmente e com alegria». O escritor puritano Alexander Niccholes dizia em 1615 que, no casamento, «não se devia procurar apenas uma amizade e apoio social, mas também a companhia do prazer».

A idiossincrasia da sociedade puritana norte-americana do século XVII nada tem a ver com o uso que se dá ao adjetivo na nossa época, em particular nos meios de comunicação.

Com efeito, a partir do século XVIII o vocábulo *puritano* raramente foi usado na língua inglesa.

Donde provém, então, o puritanismo esgrimido pela carta aberta das francesas?

O texto, escrito após o escândalo do caso Weinstein e no contexto do movimento internacional #MeToo contra a violência sexual sofrida pelas mulheres, enumera os males desta nova era puritana. A saber: «Uma campanha de delações e acusações públicas de indivíduos que, sem lhes ser dada a possibilidade de responderem ou de se defenderem, foram colocados exatamente no mesmo plano que os agressores sexuais. Esta justiça expedita já tem as suas vítimas, homens sancionados no exercício da sua profissão, obrigados a pedir a demissão, etc., quando o único erro que cometeram foi tocar

num joelho, tentar roubar um beijo, falar de coisas “íntimas” durante um jantar profissional ou enviar mensagens de cariz sexual a uma mulher para quem a atração não era recíproca.»

A referência a um novo puritanismo não é casual nem nova. Embora atualmente o termo seja utilizado para indicar restrição moral e de costumes, as pesquisas no ProQuest e no Google Scholar sobre «novo puritanismo» quase não apresentam resultados anteriores à década de 1990. Foi só em 1992 que chegou aos meios de comunicação com um artigo de John Irving publicado no *New York Times*, «Pornography and the New Puritans», no qual o escritor rejeita a proposta de lei de compensação às vítimas da pornografia, apoiada por um setor das ativistas feministas norte-americanas. Irving expressa as suas dúvidas quanto à possibilidade de punir as ficções que sejam apenas obscenas, apesar de a lei, em princípio, procurar proteger as vítimas de agressores violentos que comprovadamente foram influenciados pelo consumo de pornografia. O projeto de lei, que se limitava à pornografia infantil e material obsceno (não abrangido pela Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos), foi rejeitado, pois não se conseguiu provar a relação entre a violência e o consumo de pornografia.

Um dos exemplos interessantes invocados por Irving é a recente publicação do romance *American Psycho*, da autoria de Bret Easton Ellis, rejeitado por uma editora (Simon & Schuster) devido à violência explícita do seu conteúdo e publicado com grande sucesso por outra (Vintage). Irving considera que a mudança de editora é algo compreensível e atribuível simplesmente a uma «quebra de contrato», mas tem outra opinião acerca das críticas proferidas pelo crítico Roger Rosenblatt, que classifica como boicote e censura. Rosenblatt respondeu numa carta ao *New York Times*: «Não sei o que se supõe que um crítico deva fazer, a não ser escrever de forma contundente sobre livros que lhe desagradam profundamente. E se isso é censura, eu sou Napoleão. Trata-se de uma questão de gosto, e não de censura, e o senhor Irving sabe disso. Identifica-se com o meu juízo literário sobre o livro do senhor Ellis, mas prefere interpretar a minha dureza como censura, embora eu imagine que considera o seu gosto meramente uma opinião.»

Assim, o texto de Irving é fundamental por três razões: vincula diretamente a opinião à censura, ajuda a cimentar a relação entre puritanismo e feminismo e recupera a obra de Nathaniel Hawthorne, que Irving utiliza para a conclusão do seu artigo.

A vasta citação do conto «Endicott and the Red Cross» incide nas torturas impostas pelos fanáticos puritanos a homens e mulheres: a uma mulher pecadora cortaram-lhe as orelhas, queimaram-lhe as fossas nasais e espetaram-lhe um pau na língua. Irving conclui com uma analogia contemporânea perante o martírio literário: «É uma tristeza constatar que várias dessas novas puritanas são antigas feministas progressistas.»

Importa referir que a comparação de Irving entre feminismo e tortura teve resposta por parte de uma das mais conhecidas teóricas do feminismo radical, Andrea Dworkin, uma figura de destaque na luta contra a pornografia — e, por isso, muito criticada pelo feminismo pró-sexo —, que a considerava mais uma forma de submissão das mulheres. Na sua resposta, Dworkin apropriou-se de todos os tormentos relatados por Hawthorne por meio da sua experiência autobiográfica de torturas e humilhações machistas: «A minha imaginação não consegue descrever o que sofri na minha vida real.»

Em 1993 e 1994, a ativista Karen DeCrow e a académica Elizabeth Fox-Genovese pegaram no argumento de Irving e voltaram a estabelecer uma ligação entre puritanismo e feminismo. Do trabalho de ambas destaca-se o de Fox-Genovese, que

teve grande impacto na época⁴ e no qual o novo puritanismo feminista aparece tal como o entendemos hoje, embora nenhum dos articulistas que recentemente têm falado do novo puritanismo cite estas autoras.

Fox-Genovese, que começou por ser uma académica feminista marxista e, mais tarde, liberal conservadora e antiaborto, afirmava no artigo: «Um novo puritanismo emerge do trabalho das feministas radicais, que definem todas as formas de sexualidade masculina como atos de agressão contra as mulheres. Estas feministas, entre as quais figuram Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin, mostram hostilidade para com a sexualidade em geral, ao mesmo tempo que incitam o empoderamento das mulheres contra os homens.» De seguida, acusava tanto o feminismo da segunda vaga como o da terceira — Katie Roiphe e Naomi Wolf — de fomentarem códigos sexuais que enfraquecem a responsabilidade individual.

Curiosamente, o denominado *manifesto das francesas* não se articulava, como os textos da conservadora Fox-Genovese, em torno de um «puritanismo mais preocupado com a autoridade do que com

⁴ Elizabeth Fox-Genovese, «Beyond Individualism: The New Puritanism, Feminism and Women», in *Salmagundi*, n.ºs 101-102, 1994.

a moralidade» — uma autoridade que, segundo ela, obceca as académicas feministas radicais, além de estar relacionada com o poder que os homens exercem sobre as mulheres —, denunciando antes uma nova moralidade restritiva e profundamente anti-individualista — poderíamos dizer que quase profundamente antiamericana e antiliberal.

Como veremos mais adiante, o que aconteceu com Fox-Genovese e o novo puritanismo corre em paralelo com o uso, na opinião pública, da expressão *politicamente correto*: na década de 1990, circunscrevia-se a um meio académico norte-americano muito específico, considerado doutrinário, e na década de 2000, ressurgiu, com um novo significado, para se referir a uma massa informe de recatados e censores: já não são académicos, mas simples cidadãos ofendidos que, enquanto grupo, se tornam perigosos e são acusados de limitar o direito de todos à liberdade de expressão e de ação.

As novas puritanas, segundo as francesas, posicionam-se poderosamente em torno do exercício do poder e da denúncia de condutas sexualmente inadequadas, da censura de obras e autores de acordo com uma nova moralidade puritana e da perpétua vitimização e infantilização de todas as mulheres.

Não queria continuar sem explicitar e deter-me em algo importante. Esta crítica não é apenas europeia ou anglo-saxónica, também surge perante os movimentos feministas latino-americanos. O *tetazo*⁵ e os movimentos a favor da despenalização do aborto na Argentina também foram criticados por algumas mulheres conservadoras nos meios de comunicação, não por serem considerados puritanos — já que, francamente, seria um contrassenso acusar de puritanismo um milhar de feministas de tronco nu —, mas devido a uma «sobrerrepresentação»: a sua crítica simplista prendia-se com o facto de as feministas se arrogarem o direito a falar por todas as mulheres.

Uma vez mais, deparamo-nos com a acusação de que a liberdade individual está a ser cerceada e sufocada, o que foi genialmente parodiado pela humorista argentina Charo López ao interpretar uma dessas «não puritanas»: «Não me representam, eu não sou assim. Porque odeiam os homens? A mim nunca me aconteceu nada, o meu pai é uma excelente pessoa, os meus irmãos também.»

⁵ *Tetazo*: nome dado a uma série de protestos feministas na Argentina, nos quais as mulheres, com os seios descobertos, faziam manifestações em espaços públicos para reivindicar direitos, denunciar a censura ao corpo feminino e defender a igualdade de género. (*N. do T.*)

O que pretendem aqueles que gritam que «já não se pode dizer nada»?

Ofendidinhos é um ensaio lúcido e informado sobre as falácias do neoconservadorismo, do politicamente correto e da verdadeira natureza do puritanismo.

Partindo de exemplos muito próximos com que somos frequentemente confrontados nos *media* e que profetizam uma mudança radical no paradigma moral por que nos regemos hoje para viver em sociedade, Lucía Lijtmaer explora as verdadeiras ameaças à liberdade de expressão, que não nos chegam através de minorias, das feministas ou de *ofendidinhos*, mas sim do poder político e legislativo. Apontar com desprezo para o *ofendidinho* apenas criminaliza o seu direito — o nosso direito, enquanto sociedade — ao protesto e desfere um golpe profundo na ideia de democracia.

Objetivamente é uma coleção da Objectiva.



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

 [editoraobjectiva](#)

 [penguinlivros](#)

ISBN: 978-989-583-666-6



9 789895 836666